

Edição v. 37
número 3 / 2018

Contracampo e-ISSN 2238-2577
Niterói (RJ), 37 (3)
dez/2018-mar/2019

A Revista Contracampo é uma revista eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense e tem como objetivo contribuir para a reflexão crítica em torno do campo midiático, atuando como espaço de circulação da pesquisa e do pensamento acadêmico.

Folha de S. Paulo e os 50 anos do golpe de 1964: guerras de memórias no especial multimídia

Folha de S. Paulo and the 50th anniversary of the 1964 coup d'état: battles of memories in the multimedia productions (2017)

ALLYSSON VIANA MARTINS

Professor no Departamento de Jornalismo e coordenador do Grupo de Pesquisa em Espaços e Temporalidades Comunicacionais (COMtatos) da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Porto Velho, Rondônia, Brasil. Doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela UFBA. E-mail: allyssonviana@gmail.com. ORCID:

AO CITAR ESTE ARTIGO, UTILIZE A SEGUINTE REFERÊNCIA:

MARTINS; Allysson Viana. Folha de S. Paulo e os 50 anos do golpe de 1964: guerras de memórias no especial multimídia. Contracampo, Niterói, v. 37, n. 03, p. 206-226, dez. 2018/ mar. 2019.

Enviado 12 de janeiro de 2018 / Aceito em 25 de novembro de 2018.

DOI – <http://dx.doi.org/10.22409/contracampo.v37i3.19436>

Resumo¹

As guerras de memórias nas produções jornalísticas buscam sua constituição na história. Em épocas de convergência e digitalização, a memória e o jornalismo possuem novas configurações. Neste texto, averiguam-se as produções da Folha de S. Paulo sobre os 50 anos do golpe de 1964, através de descrições interpretativas. Hoje o veículo jornalístico mais acessado do país, a Folha já possuía relevância desde antes do golpe. De modo geral, observa-se que a estrutura jornalística padrão e as memórias pessoais são preteridas em detrimento de um modelo de informação mais didática e de uma utilização de documentos históricos, com as fontes individuais aparecendo para explicitar opiniões contrárias à narrativa oficial sustentada nas produções do veículo, sobretudo nas justificativas dos militares.

Palavras-chave

Guerras de memórias; Jornalismo; Folha de S. Paulo; Golpe de 1964; Ditadura Militar.

Abstract

The battles of memories in journalistic productions seek their constitution in history. In times of the convergence and digitalization, memory and journalism have new configurations. In this article, we investigated Folha de S. Paulo's productions about the 50th anniversary of the 1964 coup d'état. Folha is today the most accessed journalistic vehicle of the country and had relevance since before that event. In general, we note that the standard journalistic structure and the personal memories are not used because the vehicle prefers a more didactic information model with historical documents. The individual sources appear to make explicit contrary opinions to the official narrative sustained in the productions of Folha, especially in the military justifications.

Keywords

Battles of memories; Journalism; Folha de S. Paulo; 1964 coup d'état; Military dictatorship.

¹ Uma versão preliminar deste texto foi apresentada no XXVI Encontro Anual da Compós.

Introdução

A formação e a manutenção da memória, individual ou coletiva, não se constituem em processos estáticos. As lembranças, as comemorações, os esquecimentos e os silenciamentos fazem parte da sua estruturação através de disputas e tensionamentos para se transmitir a mensagem desejada, de modo mais ou menos consciente. A memória é, por conseguinte, constituída por embates que objetivam a estabilização de alguma perspectiva não imaginada do passado. Nesse ambiente controverso, dinâmico e não espontâneo de sua formação, os conflitos mnemônicos se destacam. Essas guerras de memórias compreendem uma normatização que insere uma perspectiva distinta da versão oficial para contrariá-la, uma oposição com o intuito de desmascará-la ou de fazê-la ser esquecida.

Nas últimas décadas, o Brasil tem experimentado uma (re)discussão sobre a sua própria história, no meio acadêmico, em estratos da sociedade e nos mais variados produtos midiáticos. O cinquentenário do golpe de 1964², os 30 anos das Diretas Já e a Comissão Nacional da Verdade aparecem como agentes do presente sobre o passado. Em 2014, a ditadura militar, período recente mais controverso do país, é (re)discutida, (re)aberta e tensionada. Cabe salientar, entretanto, que os processos de reconhecimento, revisão e reparação da história do golpe e da ditadura, mesmo que se intensifiquem nos últimos anos, existem e são manifestados ainda durante o período de repressão (MARTINS, 2017).

Desde o início da década de 1980, no período de abertura política, existe no país um “surto memorialístico” (CARDOSO, 2012), com denúncias e demais recordações em torno da ditadura militar, dando início ao que seria uma espécie de vitória memorial dos militantes. Embora seja difícil apontar uma vitória histórica daqueles que combateram os militares naquele período, a normativa hoje é mostrar que existem outras perspectivas em torno do golpe e dos 21 anos do regime militar autoritário. Esse fenômeno contemporâneo dá lugar cada vez mais a conflitos e possibilidades de resgate de possíveis leituras sobre o passado no presente. Nora (1993) acredita que essa presente obsessão pelo passado reflete uma sociedade temerosa em relação ao esquecimento.

Para que essas memórias se cristalizem na história, elas necessitam, cada vez mais, dos meios de comunicação. Eles assumem um papel fundamental como locais onde os conflitos podem ser observados com finalidade de estabilização. As lembranças e os esquecimentos são catalisados e engendrados pela mídia a fim de novas constituições. Com essa valorização da escritura da história, o jornalismo

² Mesmo com as discussões em torno das nomenclaturas golpe militar, civil-militar e até midiático-civil-militar, neste artigo adotamos a expressão golpe de 1964, tendo em vista a sua extensão para se fazer um debate mais profundo acerca de cada uma dessas perspectivas.

desponta, nas sociedades atuais, como seu “primeiro rascunho” inscrito numa memória coletiva. O produto dos jornalistas serve ainda como espaço fundamental para a investigação do passado pelos historiadores, contribuindo para a interpretação e reinterpretação através de novas (re)construções.

As produções jornalísticas compreendem um registro inicial do que é considerado relevante socialmente, a partir da perspectiva de toda uma instância de produção comunicativa em espaço e tempo específicos. Os jornalistas não oferecem apenas o primeiro rascunho, mas se utilizam também do passado para interpretar a história contemporânea, especialmente em comemorações e efemérides. Os jornais, com suas produções, podem aparecer não apenas como engendrados e partícipes dessas construções históricas, assumindo posições evidentes e contundentes, mas ainda como catalisadores e coadjuvantes, com seus títulos informativos e seus efeitos de sentido que buscam a objetividade (MARTINS; MOURA, 2016). Os meios de comunicação, especificamente o jornalismo, já contribuíram, por exemplo, para a criação de um ambiente propício para a deposição do presidente em 1964 (KOSHIYAMA, 1988; FERREIRA, 2003; FICO, 2004, 2005; DELGADO, 2010; FERREIRA; GOMES, 2014; MACHADO, 2014; REIS; RIDENTI; MOTTA, 2014; REIS, 2014; RIDENTI, 2014).

As características da própria mídia digital possibilitam que as publicações jornalísticas ofereçam um tratamento próprio dos conteúdos destinados aos assuntos históricos, através de uma nova ecologia da memória. A digitalização e a convergência se unem aos novos processos de arquivamento, de indexação e de organização do material jornalístico, permitindo acesso simplificado e capacidades crescentes de armazenamento a baixo custo. Essas novas propriedades trazidas ao cenário da comunicação global e digital (globital) apontam para potencializações e até rupturas, em comparação às utilizações da memória pelas mídias precedentes. Ainda que a relação entre memória e jornalismo não tenha surgido com a criação da web, ou mesmo da internet, é neste espaço que ela é armazenada e utilizada mais fácil, rápida e com menos custos. A relevância dessa característica é tão acentuada no meio digital que Pavlik (2001) o denominou de *contextualized journalism* ainda no início do século.

Este artigo discute a constituição da história da ditadura militar a partir das guerras de memórias nas produções sobre os 50 anos do golpe na *Folha de S. Paulo*, uma vez que as digitalizações da memória e do jornalismo trazem novas configurações para ambos, evidenciados em períodos de comemoração. Essas possibilidades são amplificadas em produções multimídias, específicas de um jornalismo digital com maior inovação ao conjugar hipermídia, multimídia e interação. Esse estilo de narrativa se difundiu após o especial *Snow Fall*, do *The*

New York Times, com a *Folha* realizando essas produções na série “Tudo sobre”, da qual faz parte o especial dos 50 anos do golpe de 1964. Cabe salientar ainda que o veículo é o jornal brasileiro com maior alcance atualmente, sendo referência desde antes de 1964, período em que a ditadura foi instaurada com seu apoio. Além da efeméride, a produção compreende o período da Comissão Nacional da Verdade, de 2012 a 2014, uma propulsora para esses debates mnemônicos.

Guerras de memórias nas mídias

A utilização do termo guerras de memórias teve início com o artigo do pesquisador Daniel Lindenberg (1994), que se refere às guerras ou às controvérsias das memórias (duas expressões que utiliza) nas comemorações em torno da revolução francesa, da primeira guerra mundial e do pós-guerra – através das perspectivas comunistas e anticomunistas – da França comandada pelos nazistas (“França de Vichy”). Entretanto, aponta como acontecimento mais evidente para esses embates mnemônicos a guerra pela independência da Argélia, ao citar os primeiros trabalhos de Benjamin Stora. Na década seguinte, Stora (2007) começou a estruturar mais sistematicamente essa ideia, seguido por Pascal Blanchard e Isabelle Veyrat-Masson (2008b), que estreitaram ainda mais a relação história-mídia-memória ao trazer abordagens e apropriações.

As ideias de Lindenberg (1994) foram influenciadas pela Lei Gayssot, de 1990, e pelas manifestações francesas, em 1992, contra a “descoberta” da América por Cristóvão Colombo. No Brasil, manifestações semelhantes ocorreram em decorrência dos 500 anos da chegada dos portugueses em nosso território. As obras de Stora (2007) e Blanchard e Veyrat-Masson (2008b), por outro lado, foram uma resposta direta à criação da “lei da colonização positiva”, de fevereiro de 2005, e às manifestações da sociedade francesa, que, em 1998, realizou um movimento em Paris para celebrar os 150 anos do fim da escravidão – estímulo para a criação da Lei Taubira, em 2001.

Aqui, porém, cabe uma distinção entre história e memória, tendo em vista que ambas dão conta de aspectos distintos, embora se orientem para um mesmo período de tempo: o passado. Enquanto a história tem uma vertente universal, não pertencendo a ninguém especificamente, a memória é múltipla, plural, cumulativa, coletiva e individualizada, enraizando-se em alguma materialidade concreta no espaço, na imagem e no objeto. A história é impessoal, pois não tem, em sentido amplo, nenhum grupo como apoio e dedica sua atenção aos registros e aos documentos. Por outro lado, a memória é um elemento sempre suspeito para a história, com o objetivo de destruí-la e repeli-la (NORA, 1993). A história seria uma

construção erudita baseada em discursos críticos a partir da seleção dos fatos e de uma estrutura narrativa, constituída também da memória, enquanto a memória sacraliza as recordações, sob o risco da amnésia, do esquecimento e do silenciamento. Dessa forma, a história deve se adaptar enquanto questiona e considera os movimentos das memórias. Nesse processo, não existiria escravo e servo, mas uma complementaridade, sem nenhuma se sobrepor a outra (HALBWACHS, 2006).

A história trabalha como uma representação do passado constituída por uma confluência de memórias que possuem relação entre si e realizada por agentes autorizados, enquanto a memória seria uma referência e uma consciência virtual do passado no tempo presente, uma tentativa – nem sempre alcançada – de se recordar algo que está ausente. A memória não procura continuidade e cronologia do passado, uma vez que se baseia nas lembranças e nos esquecimentos de indivíduos ou coletivos, preconizando uma recordação que se manifesta por algo vivido através de algum suporte social, a fim de existir coletivamente.

O conceito de guerras de memórias parte da ideia de que não há memória sem história e se alinha pela relação antagônica entre esses dois polos, na qual a memória representa pequenos grupos, comunidades ou pessoas, enquanto a história não escapa de seu dever mais universalista e abrangente. As duas dimensões se entrecruzam, nutrem-se e se confrontam, mas sem possuir barreiras intransponíveis. Com essa distinção e relação, os embates parecem sempre iminentes, pois se pode reivindicar suas memórias e seu lugar na história oficial transmitida, do qual foi excluído; a memória seria um modo particular de preservação do passado. História e memória estão em constante interação, com uma relação mais direta entre as memórias e a tessitura da história, embora possa servir para a construção de outras narrativas históricas.

Os principais motivos para o surgimento das guerras de memórias seriam o esquecimento e a manipulação criados e incentivados pelo estado; em outras palavras, a lacuna entre a história oficial e as lembranças silenciadas, sem diálogo possível. Para Silverstone (1999), a conformação da história contribui para apagar algumas memórias, tornando-as redundantes com narrativas fixas e fontes documentais. O conflito mnemônico seria uma reação ao fato de não se ter espaço na narrativa oficial da história e de não se estar representado pelas narrativas conformadas na atualidade. É uma reação à frustração por não ter as suas memórias, ou a sua versão da história, nas narrativas históricas oficiais (BLANCHARD; VEYRAT-MASSON, 2008b). Há um sentimento de injustiça, pois aquilo que se conta (e que se acredita como real e verdadeiro) não coincide com o que alguns grupos e indivíduos se lembram daquela época. Pääbo (2008) define as

guerras de memórias como uma ocasião em que grupos ou indivíduos têm lembranças contrárias sobre o passado, em comparação à memória coletiva oficial.

Veyrat-Masson (2008) percebe as guerras de memórias de maneira pungente na sociedade francesa porque alguns eventos memoriais importantes para grupos de esquerda estavam ausentes nas televisões, um de seus principais catalisadores e engendradores. Algumas perspectivas tendem não apenas a trazer uma nova visão ao que se narra na história oficial, mas a rejeitar toda uma tradição. Para Merzeau (2010), esses embates servem para revelar e fazer surgir novas alianças e estratégias em torno da conformação da memória coletiva e oficial. Esses conflitos podem representar uma conjuntura perigosa, com meandros culturais, econômicos, históricos, militares, políticos e sociais, devendo ser discutidos à medida que ganham evidência. Tornam-se perigosas quando negam as recordações de outros indivíduos, especialmente quando não ouvem, compreendem e se solidarizam com a história do outro, mas apenas registram e contabilizam os seus mortos. Stora (2007, p. 74) acredita que vivemos um período em que todos querem expor sua dor e seus sofrimentos, “todo mundo quer mostrar, revelar e provar suas feridas”³.

Como aponta Stora (2008a, 2008b), procuramos não cair no equívoco de colocar a memória como uma prisioneira do passado, repetindo os conflitos de outra época. A maturidade, o passar e o decorrer do tempo fazem com que se imponham questões mais complexas e densas sobre o assunto. Quando qualquer produção midiática é veiculada, outras podem desmascará-la ou ao menos lançar uma versão particular dos fatos, essa “violência das reações” é o que deixa as guerras de memórias vivas (VEYRAT-MASSON, 2008).

Os grupos e coletivos possuem o desejo e até a necessidade de reencontrar um passado que é particular para eles e de reivindicar seu lugar na narrativa histórica oficial, propagada pelo Estado. Todavia, existe o perigo de essas reivindicações continuarem restritas e nunca se transformarem em memórias compartilhadas. A extensa produção de conteúdo para os diversos meios de comunicação dificulta que alguma memória seja, de fato, esquecida e silenciada totalmente. Mesmo marginalizada durante um período longo, ela conseguirá se difundir, em maior ou menor extensão, no espaço público.

As questões debatidas sobre as guerras de memórias ocorrem em níveis mundiais. Blanchard e Veyrat-Masson (2008a, 2008b), Ferro (2008) e Stora (2007) apontam para fenômenos internacionais, uma vez que as políticas públicas memoriais, isto é, os usos políticos da memória e do passado, tornaram-se difundidas não apenas na Europa, mas em todos os continentes, em especial na

³ T.N.: “Tout le monde veut montrer, dévoiler, prouver ses blessures” (STORA, 2007, p. 74).

América, ainda que tenha expressões evidentes na África, na Ásia e na Oceania. Entre os principais elementos enfatizados, estão a colonização e a escravidão, as ditaduras e os regimes autoritários, além dos genocídios e dos massacres.

No tocante às leis, podemos considerar, todavia, que foi apenas recentemente que uma lei brasileira se tornou uma real agente das guerras de memórias (MANCERON, 2008): a lei para a criação da Comissão Nacional da Verdade (Lei nº 12.528), ainda que a Lei de Acesso a Informações Públicas (Lei nº 12.527) seja relevante para perspectivas históricas e memoriais. As pesquisas brasileiras desta natureza enfatizam o período do golpe e da ditadura militar como épocas propícias para essa discussão. Muitos autores não utilizam o conceito de guerras de memórias *ipsis litteris*, mas suas prerrogativas estão em diversos trabalhos (CARDOSO, 2012; FICO, 2004; MARTINS FILHO, 2002; PEREIRA, 2015; ROLLEMBERG, 2006; SCHMIDT, 2007; TEDESCO, 2012). Ainda que não seja o único espaço para a conformação das memórias, a mídia é catalisadora e engendradora desse processo conflituoso com vistas à constituição de uma versão histórica. O jornalismo e os demais produtos midiáticos trazem perspectivas conflitantes sobre o golpe, opondo a visão governamental dos agentes militares às das vítimas e dos seus familiares. O papel dos jornalistas se tornou tão fundamental que os livros do jornalista Elio Gaspari estão entre os mais comentados nos anos recentes (SCHMIDT, 2007), reeditados em 2014.

As batalhas de memórias são travadas em torno do golpe e da ditadura dos militares desde 1964, ainda que nos últimos anos tenham aumentado, especialmente com a Comissão Nacional da Verdade. As reaberturas podem não constituir um elemento terapêutico e reconciliador, mas, ao contrário, crescer ressentimentos, sobretudo por causa da ausência de punição no Brasil. Para Ferro (2008), reconstruir memórias silenciadas e esquecidas traz as compensações de um passado que não passa. As guerras de memórias em torno do golpe e da ditadura possuem cinco grandes discursos conflituosos, que contêm ainda distinções internas: do governo, dos militares, dos militantes e das vítimas, dos especialistas e dos meios de comunicação (PEREIRA, 2015).

Martins Filho (2002) explica que os militares acreditam que, após a derrota da esquerda, os militantes se esforçaram para vencer ao menos no campo das letras – na propagação das memórias e na constituição historiográfica da ditadura militar – o que perderam na arma. A memória vencedora – dos militantes – possui ainda recordações esquecidas e silenciadas, até contraditórias, embora o principal já tenha sido extraído (FICO, 2004). Para Rollemberg (2006), os vencedores desses embates tiveram uma pluralidade de memórias silenciadas e esquecidas, pois, embora publicadas, não foram incorporadas à narrativa histórica oficial.

A história ressaltou a memória dos marginalizados e das minorias, opondo-se à memória que normalmente é a oficial, a dos vencedores do embate bélico. Martins Filho (2002) e Rollemberg (2006) concordam que, normalmente, os vencidos têm sua história esquecida, enquanto os vencedores perpetuam sua perspectiva; porém, no caso brasileiro, o inverso ocorreu: os vencedores buscam esquecer e os vencidos, recordar. Para Schmidt (2007), pode-se verificar o embate, de maneira ampla, em duas perspectivas: os militares procuram o esquecimento e o silenciamento dos fatos, “virar a página”; enquanto os militantes deixam a “cicatriz aberta”, lembrando os acontecimentos dos tempos idos.

Nesse processo, a mídia não é uma simples caixa de ressonâncias, canais por onde passam as memórias sem nada modificar ou criar. Os meios de comunicação tornam visíveis os conflitos mnemônicos encenando-os, para além de refletir essas memórias, ou seja, desenvolvendo-as e as estimulando (MARTINS; MOURA, 2016; MARTINS, 2017). As guerras de memórias consideram essa centralidade ao problematizar a relação história-mídia-memória, tendo em vista que elas não se fazem presentes sem a lógica da transmissão e da mediação, ou, como defendem Blanchard e Veyrat-Masson (2008a, 2008b), da midiatização, em sentido amplo.

A digitalização e a convergência pelas quais passam a sociedade dificultam a não publicação, tendo em vista que cada indivíduo, com um computador conectado à internet, possui a capacidade de divulgar o conteúdo de seu desejo, contendo histórias ficcionais ou documentais, suas ou de outros. É a nova mirada da ecologia da memória, que, não apenas midiática, perfaz-se em fluxo. Por isso, Blanchard e Veyrat-Masson (2008b) defendem que esse “reino de instantaneidade” das tecnologias digitais abre um novo espaço para o arquivamento, a difusão e a conservação dessas memórias que, muitas vezes, tinham seus conflitos inéditos no espaço público. A internet permite o cruzamento das diversas memórias, com cada indivíduo ou coletivo podendo expor a sua visão.

A memória passa por alterações e modificações, como uma mudança da memória coletiva para a conectada, conforme a *new memory ecology* descrita por Neiger, Meyers e Zandberg (2011), Hoskins (2011) e Reading (2011). Nesse novo ecossistema, a relação entre mídia e memória é igualmente transformada, demandando uma mudança de paradigma sobre o que se considera como memória mediada. Uma modificação nos meios de comunicação também é iniciada a partir de uma mudança em sua infraestrutura, causada pelas alterações na forma e no potencial do arquivo em sua versão digital. Hoskins (2009) denomina esse processo de *memory on-the-fly*, uma versão da memória que preserva seus momentos anteriores, emergindo, acumulando e adquirindo novas características.

Palacios (2009, 2014) defende que a nossa sociedade nunca se ocupou com os processos de rememoração como atualmente, pois a memória se torna cada vez mais fácil e rápida de ser acessada, especialmente nos arquivos jornalísticos já digitalizados. A memória nunca possuiu uma função tão preponderante e fulcral como nas sociedades contemporâneas, digitais, conectadas e midiáticas, refletindo na produção do jornalismo digital. Essa perspectiva aparece de maneira tão predominante que a memória é um dos aspectos do jornalismo digital mais enfatizados, em relação às produções jornalísticas em outros suportes. Ela passa a ser definida como múltipla – devido à possibilidade de acesso aos diversos formatos midiáticos –, instantânea – por ser acessível pelo produtor e pelo leitor rapidamente por meio dos links – e cumulativa – haja vista sua facilidade e baixo custo de arquivamento (PALACIOS, 2002, 2003, 2008, 2014). O jornalismo trabalha a memória individual, coletiva ou mesmo midiática de modo cada vez mais estratégico, ao trazer as informações e os documentos passados em uma nova estruturação. A memória, para Palacios (2008, 2011, 2014), deve ser um dos atributos investigados em qualquer avaliação para se identificar e se estabelecer a qualidade dos produtos jornalísticos digitais.

O especial da *Folha de S. Paulo* é analisado a partir de três instâncias que fundamentam as guerras de memórias: atores, armas e territórios ou campos de batalha. A intenção é descrever como se encontram esses três aspectos na produção sobre os 50 anos do golpe de 1964, visando à realização de uma investigação que implica na descrição detalhada dos atores – as pessoas e tecnologias envolvidas –, dos territórios de batalha – os assuntos e as contradições – e das armas – os modos e as estratégias como são apresentados os assuntos pelos atores, legitimando ou não o seu discurso, contribuindo ou não para a estabilização das perspectivas. Os campos de batalha são os locais onde ocorrem essas disputas, aqui, a própria mídia jornalística do Grupo Folha.

Folha de S. Paulo como território de batalha

O especial “Tudo sobre a Ditadura Militar” inicia com um texto grifado que descreve nossa recente democracia como “incapaz de pacificar as controvérsias do período” e com a apresentação dos ex-presidentes envolvidos diretamente no combate à ditadura, como Fernando Henrique Cardoso, Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, esquecendo-se de José Sarney, primeiro presidente após o final da ditadura com relação direta com o regime autoritário dos militares. Com uma equipe de praticamente 30 pessoas, a reportagem trata os 21 anos de repressão através de um menu com oito seções, além de um expediente e de uma lista

extensa de fontes e referências – com indicação dos livros e links para os áudios das entrevistas e suas transcrições em inglês. A navegação ocorre de duas maneiras: verticalmente, em que se passa obrigatoriamente pelas oito seções, sendo que, ao final de cada uma, deve-se clicar em uma seta para seguir até a subsequente; ou pelo menu no canto superior direito, em que se pode aceder diretamente à seção que mais interessa, a saber: Introdução; A crise; A ditadura; A economia; A abertura; O acerto de contas; E se...; Artigos.

A construção dessa narrativa é cronológica e quase histórica e didática, distinta dos textos jornalísticos padronizados, que priorizam uma ordem hierárquica de importância pela lógica da pirâmide invertida. A introdução relaciona com o período do golpe os até então candidatos à presidência em 2014: Dilma Rousseff, Aécio Neves e Eduardo Campos – falecido em acidente de avião antes de concorrer ao pleito. As cinco seções subsequentes iniciam da mesma maneira, com uma animação e colagem de imagens históricas. Em “A crise”, contudo, a página abre com um discurso de Jango ao fundo, como uma trilha sonora.

O texto deixa evidente, na seção seguinte, “A ditadura”, a ligação da direita com os militares e a esquerda com a luta armada, culminando em uma repressão ainda mais ferrenha e no endurecimento do regime. A primeira frase, contudo, coloca os militares praticamente como inocentes que lutaram para combater o mal, afinal, “chegaram ao poder sem saber direito o que fazer”, embora logo em seguida os denomine “golpistas”, linha que segue pelo especial. Diz-se que em Recife, “um veterano militante comunista, Gregório Bezerra, foi amarrado pelo pescoço, espancado por um coronel do Exército em praça pública e arrastado pelas ruas da cidade até a cadeia”, não poupando informações sobre as intransigências e os crimes cometidos pelos militares. A escolha do “moderado” Humberto Castelo Branco como primeiro presidente foi realizada com confiança e garantia de “uma rápida devolução do poder aos civis” – algo que nunca ocorreu. Esse contrassenso é logo exposto ao se revelar que o militar defendia que “a legitimidade do novo regime dependia da manutenção de uma fachada democrática convincente”.

As ações de grupos conservadores e grupos de esquerda são contadas a fim de explicar as justificativas dos militares para a implementação do AI-5, o ato que durou uma década e “inaugurou a fase mais repressiva da ditadura militar”. Apesar de reconhecer os excessos dos militares, diz-se que a esquerda, especialmente as pessoas ligadas à Ação Popular, treinadas em Cuba, já fazia luta armada antes mesmo do endurecimento com o AI-5, segundo informações do historiador Jacob Gorender. É trazida em seguida a justificativa dos militantes que participaram da luta armada, ao defender que era a única opção para exigências e combates à

ditadura, ainda que documentos revelem que a ideia era implementar uma "ditadura socialista".

O general e ex-presidente Médici foi reconhecidamente o responsável pela ampliação das torturas nos Destacamentos de Operações de Informações e Centros de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), porém, o general Ernesto Geisel, o sucessor conhecido por dar início à abertura, falava que "esse troço de matar é uma barbaridade, mas eu acho que tem que ser". Explicita-se ainda a crueldade naquelas unidades, ao descrever o instrumento de tortura chamado "cadeira do dragão", em que os presos eram amarrados e eletrocutados. O general Adyr Fiúza de Castro, chefe do CODI do Rio de Janeiro nos anos de 1970, em entrevista de 1993 para a Fundação Getúlio Vargas, demonstra a virulência das ações dos militares: "Evidentemente, o método mata a mosca, pulveriza a mosca, esmigalha a mosca, quando, às vezes, apenas com um abano é possível matar aquela mosca ou espantá-la". Faz-se ainda uma ressalva quanto às "vítimas" proporcionadas pela "esquerda armada", que "não tiveram nem de longe a dimensão que os assassinatos e a tortura praticada nos porões tiveram", além de que "a responsabilidade da esquerda é duvidosa" em muitas dessas mortes.

Na parte sobre "A economia", o subtítulo já evidencia que "o milagre econômico" ajudava a legitimar o governo, ainda que criasse "desequilíbrios que só puderam ser corrigidos muito tempo depois, com a volta da democracia". Segundo a produção, "a maneira como os militares conduziram a economia enfraqueceu as finanças do país e minou sua capacidade de sustentar por mais tempo o ritmo de expansão dos anos do milagre". O presidente do Banco Central à época, Carlos Langoni, em citação direta, colocou-se como descrente das propostas do novo Ministro do Planejamento, Delfim Netto.

"Lenta, gradual e segura" é a famosa expressão de Ernesto Geisel para o modo como a ditadura faria a transição para a democracia, explícita na seção "A abertura". Poucos se lembram, porém, como diz na reportagem, de sua "ameaça": "se os opositores do governo tentassem acelerar o processo, poriam tudo a perder". Sem a esquerda armada e com uma economia em vias de ruir, os militares voltavam a discordar internamente e o partido de oposição, o MDB, estava em crescimento, fazendo com que Geisel endurecesse o regime novamente, antes de promover o início da abertura. O crescimento da oposição pega carona não apenas nas repressões, mas também no "colapso econômico".

A Lei da Anistia é colocada, já no subtítulo da seção "O acerto de contas", como mecanismo para perdoar ex-guerrilheiros e proteger torturadores, especialmente porque até hoje falta esclarecimento dos crimes dos militares, aumentando cada vez mais a pressão para sua revisão. Em dezembro de 2013, por

exemplo, foi devolvido simbolicamente o mandato de João Goulart, interrompido no dia do golpe, representado pelo seu filho, João Vicente Goulart, e entregue por Dilma Rousseff. Segundo a reportagem, na ocasião, “quase todos aplaudiram, a exceção foram os três comandantes das Forças Armadas que acompanhavam a sessão”. O texto, contudo, acusa a presidenta Dilma de falta de sintonia com seus subordinados, uma vez que na Argentina e no Chile “a restauração da democracia estimulou oficiais de alto escalão a se desculparem por erros do passado”, permitindo “investigar e punir violações de direitos humanos”, diferente de nossa Lei de Anistia, ampla e irrestrita. Para corroborar com essa ideia, citam diretamente uma passagem da obra de Anthony Pereira, cientista político estadunidense que realizou um estudo comparado nesses três países.

Na Espanha, segundo o texto, o processo teria sido semelhante ao nosso, uma vez que ficaram impunes tanto aqueles que apoiavam o general ditador Francisco Franco como quem os combateu. Quando a reportagem fala que nossa Lei “permitiu a libertação de milhares de presos políticos, a volta dos exilados e a reintegração à vida do país de pessoas atingidas pelos atos institucionais”, evidencia que “ela também garantiu a impunidade dos agentes responsáveis por mortes e atos de tortura ao estabelecer que o perdão seria estendido aos crimes ‘conexos’”, deixando evidente o erro no caso da liberação dos militares. Essas concessões foram “muito importantes para as pressões que a direita fazia”, especialmente com a Arena com maioria no Congresso, embora tenha criado uma “situação de desigualdade, ao garantir que os militares jamais seriam investigados ou julgados por seus crimes, ao contrário do que havia ocorrido com a maioria dos anistiados, que já tinham sido presos e processados pela ditadura”.

O texto, desta forma, coloca como injusta a nossa Lei da Anistia, ao tratar de forma igual militantes e militares, guerrilheiros e torturadores e assassinos, uma vez que os primeiros reagem a uma situação imposta pelos ditadores. Os militantes e as vítimas dos militares querem deslegitimar a Lei, uma vez que se tratou mais de uma “autoanistia” de uma “sociedade ditatorial”, conforme Pedro Serrano, professor da USP citado na produção. No início da década, em 2010, o Supremo Tribunal Federal rejeitou, entretanto, a revisão desse processo de anistia desigual e injusto, negado até pelo relator Eros Grau, ministro já aposentado que foi preso e torturado durante a ditadura.

Apesar de os militares fazerem de tudo para que o passado seja deixado para trás, para que todos “virem a página”, alguns esforços buscaram rediscuti-lo e trazer à tona alguns fatos e histórias sem conhecimento. Segundo a reportagem, “o processo de reparação foi ampliado em 2002, quando o governo decidiu pagar compensações financeiras a todos que tivessem sofrido perseguições e violências

durante o regime militar". Ações recentes, com pedidos de revisão de Lei da Anistia ao STF, ganharam mais força desde 2010, quando a Organização dos Estados Americanos (OEA) "condenou o Brasil pela morte dos guerrilheiros do Araguaia, determinou que o país puna os responsáveis e declarou que a Lei da Anistia não pode ser usada para impedir que isso ocorra". O procurador Marlon Weichert, citado diretamente e com discurso apropriado pelo especial, afirma: "tenho convicção de que vamos chegar lá e fazer justiça". A demora faz com que diversos militares morram "sem nunca admitir responsabilidade pelos atos de violência cometidos no período", explica a reportagem em tom de quase lamentação.

A Comissão Nacional da Verdade, instalada em 2012, segundo o texto, "foi festejada como um passo histórico para o esclarecimento dos crimes cometidos na ditadura, mas o grupo encontrou várias dificuldades para avançar", especialmente porque muitos envolvidos já morreram e as Forças Armadas não contribuem, além das divergências internas sobre prioridades e métodos de trabalho.

As possibilidades de alguns acontecimentos terem sido diferentes, desde antes do golpe até momentos cruciais durante a ditadura, são discutidos por Ricardo Mendonça na seção "E se...", em cinco textos sem nenhum recurso multimídia. O autor desmente a possibilidade de "golpe de esquerda" por Jango, pois os historiadores duvidam de tal possibilidade, uma vez que "nunca acharam qualquer evidência de que algo assim tenha sido planejado". Mendonça cita diretamente o cientista político Marcelo Ridenti, para quem a eleição provavelmente ocorreria em 1965, com possibilidade de haver "um autoritarismo civil" semelhante à ditadura militar se Carlos Lacerda vencesse.

Se Costa e Silva não tivesse morrido em 1969, Carlos Chagas, jornalista e secretário de imprensa do presidente citado indiretamente, acredita que o regime teria sido mais brando, mesmo que o presidente fosse apoiado pelos militares da "linha dura". Chagas defende que o AI-5 teria sido extinto, pois "Costa e Silva não queria entrar para a história como um tirano". Porém, mesmo que o ato institucional não fosse promulgado, a luta armada existiria, pois "os militares da chamada linha dura não diziam é que a luta armada era muito pequena naquele momento, longe de representar qualquer ameaça mais séria".

Desta forma, este ato fortaleceu a própria luta armada, ao levar "alguns esquerdistas a mais para a luta armada, gente que até então relutava em aderir". Mesmo sem esse embate armado, a ditadura teria sido longa porque o regime autoritário não existia para combatê-la. As principais justificativas eram "acabar a corrupção e extirpar a influência esquerdista do governo de Jango". Ainda que se falasse em eleição presidencial em 1965 nos dias iniciais ao golpe, a desistência pelo pleito não existiu por causa do embate por armas, "pouco significativa e quase

inexistente". E mesmo com ela "completamente aniquilada" em 1974, a ditadura continuou por mais de uma década, endurecendo novamente em 1977.

A última seção, "Artigos", contém três textos sem nenhum recurso multimídia. Matias Spektor, colunista da *Folha de S. Paulo*, fala sobre "A política externa do regime militar" e exalta a atuação dos militares nesse setor ao citar diretamente reportagem do *The Times* sobre uma "expansão quase sem precedente" que o país poderia vivenciar, sendo "o Japão do Terceiro Mundo". Spektor só critica a "ditadura" – não mais "regime" – quando os militares começam a desagradar os políticos estadunidenses, antes, sendo condescendente ao utilizar até uma citação direta de Juracy Magalhães, embaixador do "regime" em Washignton: "o que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil". Contudo, posteriormente, os políticos de lá se "ressentiram" e a relação "desandou". O texto conclui que "o Brasil da ditadura ficou mais rico, sem dúvida alguma", porém, "os militares deixaram o país em posição internacional mais fraca, dependente e injusta do que era possível imaginar em 1964".

O colunista do jornal Marcos Gonçalves escreveu sobre "A cultura, da resistência ao showbiz", para quem artistas de esquerda criaram uma produção "politicizada e didática" para "'conscientização' da sociedade". Em texto cheio de aspas, coloca a "esquerda cultural" como derrotada mesmo tentando sua "resistência" ao aliar "classe média e o 'povo'". O tom debochado do texto continua ao dizer que "este, entretanto, não compareceu", afinal, suas produções eram para um "público esclarecido".

Oscar Pilagallo, por sua vez, toca em um ponto delicado para as empresas de comunicação, ao escrever sobre como a "Imprensa apoiou a ditadura antes de ajudar a derrubá-la". O "entusiasmo" dos jornais pelo novo governo diminuía na medida em que a ditadura endurecia, tendo, ao final, "papel relevante na redemocratização", diz o autor ao desconsiderar que o principal grupo de comunicação do país, a Rede Globo, apoiou até o último momento os militares. A justificava para suporte inicial à ditadura é o mesmo do texto anterior: "o radicalismo e a aproximação com setores da esquerda" pelo presidente. Se parte da imprensa estava dividida em 1961, em 1964 esse posicionamento não foi mantido, afinal, o país "estaria caminhando para um golpe de esquerda ou armando uma manobra continuísta". O *Jornal do Brasil* e a *Folha de S. Paulo* são colocados por ele como pouco influentes para o golpe, o primeiro por "romper com Jango" – não com a democracia – apenas nos últimos momentos, e o último pelo seu "limitado peso editorial na época", acusando de forma veemente os principais concorrentes do veículo para o qual escreve: *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*.

Mesmo que o *Última Hora* tenha sido o único jornal a estar “ao lado de Jango” – e não da democracia –, o *Correio da Manhã* foi o primeiro a denunciar as torturas – ainda que após “violentos editoriais defendendo a saída de Jango”. Apesar de afirmar que o Grupo Folha acatou as orientações dos militares, encobrindo torturas e assassinatos e emprestando veículos a eles, o autor faz uma ressalva e até questiona a veracidade dos fatos: “Se isso ocorreu, não é possível dizer que a prática foi autorizada pela direção da empresa”. O texto termina com uma exaltação à *Folha*, que “acreditou no projeto de abertura ao dar voz à sociedade civil”, ainda no final da década de 1970, sendo o “primeiro grande veículo a contribuir com a campanha pelas Diretas Já”, ainda em 1983.

O especial conta com uma variedade de formatos midiáticos, como é próprio das produções multimídias. As mais de trinta fotos, por exemplo, representam sempre situações históricas, como posse de presidentes militares e do presidente Tancredo Neves, porém, principalmente, de atrocidades e crimes cometidos pelos militares, valorizando os militantes ao expor a crueldade nas perseguições, torturas e mortes de Carlos Marighella, Carlos Lamarca, Vladimir Herzog, guerrilheiros no Araguaia, entre outros. Foram publicadas também imagens de acontecimentos relevantes, como o carro-bomba do show no Riocentro, mostrando “até onde a direita militar estava disposta a chegar para frear o processo de abertura”, pois o explosivo foi “plantado pelos militares”, e de movimentos como o Comício das Reformas, a Marcha da Família com Deus pela Liberdade e as Diretas Já. As fotos têm como fontes, de modo geral, os acervos dos Grupos Abril, Folha e Globo, além dos jornais *Jornal do Brasil* e *Última Hora*.

Todos os quatro áudios no especial são históricos, desde a campanha dos militares no rádio até os discursos e as declarações de políticos e militares em momentos relevantes, como Auro de Moura Andrade, senador e presidente do Congresso, Jarbas Passarinho, Ministro do Trabalho, e Ernesto Geisel, ex-presidente militar. O especial conta com praticamente cinquenta vídeos, aproximadamente dez de cunho histórico – registros e produções da ditadura, realizadas pelo governo ou pelos opositores, além de uma reportagem em vídeo da TV Cultura sobre as Diretas Já – e o restante de depoimentos atuais de intelectuais, jornalistas, políticos, militantes e militares, falando sobre os motivos que levaram Jango a ser deposto e as suas principais lembranças sobre a ditadura militar.

O uso extenso de infográficos caracteriza as produções multimídias. O especial contou com mais de 20 produções deste tipo, das quais três se debruçavam sobre os Atos Institucionais 1, 2 e 5 e quase metade sobre questões econômicas, na seção específica para falar sobre o momento que foi “Do milagre à bancarrota”. Os mais complexos e interativos, por sua vez, trataram sobre as

atrocidades e os crimes contra os direitos humanos cometidos pelos militares durante a ditadura: “A escala da repressão”, “Cinco tons de cinza”, “Terror à direita”, “Hora da reparação”, “Donos do porão” e “Mortos na contramão”, este com informações sobre todos os 356 considerados oficialmente como mortos e desaparecidos. As fontes principais para essas produções foram a publicação conjunta da Câmara dos Deputados, do Projeto Brasil: Nunca Mais e da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, além do IBGE, Banco Central, Fundação Getúlio Vargas, IpeaData e das obras de Maria Gil Kinzo, do Senado Federal e do Tribunal Superior Eleitoral.

Considerações finais

As guerras de memórias no especial da *Folha de S. Paulo* ocorrem de forma evidente em alguns momentos, porém, o veículo assume para si, em praticamente todo o especial, o discurso dos militantes, com exceção de poucas partes nas principais categorias e nos três artigos de opinião, mais alinhados à perspectiva dos militares. As palavras revolução, contragolpe e visões afins a favor dos militares são praticamente nulas, aparecendo basicamente quando partem das memórias dos apoiadores do golpe, não sendo endossado pelo jornal, com exceção dos artigos de opinião. Essas memórias são de produções da época – em programas de rádio e TV – e de depoimentos contemporâneos dos militares e apoiadores do golpe.

Os embates ocorrem principalmente nas memórias pessoais dos depoimentos em vídeo, praticamente não utilizados para corroborar efetivamente uma ideia no texto. Os quase 40 depoimentos são atuais e estão dispostos no decorrer do especial, através da visão de intelectuais, jornalistas, políticos, militantes e militares, que se opõem em uma indiscutível batalha de memórias, mas praticamente não incorporados à narrativa principal do especial, que não tenta confirmar o que se diz por meio dessas memórias individuais. Para essas ratificações, são utilizados documentos históricos e oficiais, além de livros de pesquisadores sobre a ditadura militar. Até em aspectos como tortura a produção busca um equilíbrio na apresentação das memórias pessoais, com os arquivos históricos em destaque.

A estrutura do especial não segue o padrão hierárquico jornalístico. Na verdade, é escrito de forma cronológica, mais próximo de um texto histórico e didático, sem muitas citações diretas e indiretas das fontes para se ratificar o que o jornalista expõe. As fontes aparecem na narrativa principal do especial apenas para que o jornal explicita algumas visões e opiniões mais contundentes a partir da fala

do entrevistado – normalmente um especialista sobre a ditadura militar – com estratégias que produzem efeitos de sentido de neutralidade e imparcialidade.

Em todo o especial, a única menção que existe ao apoio do Grupo Folha à ditadura militar está em um dos artigos opinativos, que contém muito mais ressalvas e exaltação ao grupo do que qualquer reconhecimento e demonstração de arrependimento da sua contribuição para o golpe e a manutenção do regime. Em nenhuma ocasião é citado que em 17/02/2009 o veículo fora extremamente criticado por apontar em um de seus textos que a ditadura instaurada pelos militares no país não passou de uma “ditabranda”, posição distinta de quando se colocou como protagonista nas investigações da morte do jornalista Vladimir Herzog, citando, inclusive, os momentos em que cobrou esclarecimentos, ainda durante a ditadura, sobre o suposto suicídio de Vlado (DIAS, 2015; MARTINS; MOURA, 2016). Segundo Dias (2014), este caso reabriu o debate em torno do apoio da mídia à ditadura militar, quando o grupo serviu como sua porta-voz.

Os quatro áudios e as mais de trinta imagens possuem um caráter histórico, tendo como fontes as agências de notícias e jornais do período – não apenas do Grupo Folha –, além do próprio arquivo do governo. Os inúmeros vídeos, por outro lado, são praticamente todos depoimentos e entrevistas atuais realizados pelo veículo, em que são encontrados de forma mais pungente as guerras de memórias. Os infográficos demonstram uma especificidade da multimídia e são praticamente destinados a criticar aspectos da ditadura militar, com a maioria tendo como fontes livros e documentos oficiais do próprio governo ou instituições e organizações mais recentes associadas aos militantes.

Referências

BLANCHARD, P.; VEYRAT-MASSON, I. Introduction. **Hermès**, CNRS, France, n. 52, v. 3, 2008a, p. 13-22.

_____. **Les guerres de mémoires**: La France et son histoire, enjeux politiques, controverses historiques, stratégies médiatiques. Paris: La Découverte, 2008b.

CARDOSO, L. **Criações da memória**: defensores e críticos da Ditadura (1964-1985). Cruz das Almas: Editora da UFRB, 2012.

DELGADO, Lucília. O governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia. **Tempo**, Rio de Janeiro, n. 28, 2010, p. 123-143.

DIAS, André. Herzog re(a)presentado: notas sobre memória, narrativa e “acontecência”. In: **XXIV Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (COMPÓS)**, Brasília, UnB e UCB, 2015.

_____. **O presente da memória:** usos do passado e as (re)construções de identidade da Folha de S. Paulo, entre o "golpe de 1964" e a "ditabranda". Jundiaí: Paco Editorial, 2014.

FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. *In*: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília (Orgs.). **O Brasil republicano. O tempo da experiência democrática:** da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 343-425.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela. **1964.** Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2014.

FERRO, M. Regard sur les guerres de mémoires dans le monde. **Hermès**, CNRS, France, n. 52, v. 3, 2008, p. 11-12.

FICO, C. **O regime militar no Brasil (1964/1985).** São Paulo: Saraiva, 2005.

_____. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História.** São Paulo, v. 24, n. 47, 2004, p. 29-60.

HALBWACHS, Michel. **A memória coletiva.** São Paulo: Centauro, 2006.

HOSKINS, A. Anachronisms of media, anachronisms of memory: from collective memory to a new memory ecology. *In*: NEIGER, M.; MEYERS, O.; ZANDBERG, E. (Ed.). **On media memory:** collective memory in a new media age. United Kingdom: Palgrave Macmillan, 2011, 278-288.

_____. Digital network memory. *In*: ERLI, A.; RIGNEY, A. (Ed.). **Mediation, remediation, and the dynamics of cultural memory.** Berlin and New York: Walter de Gruyter, 2009, p. 91-106.

KOSHIYAMA, Alice. O jornalismo e o golpe de 1964. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação** (Intercom), v. 11, n. 59, 1988, p. 65-71.

MACHADO, Juremir. **1964:** golpe midiático-civil-militar. Porto Alegre: Sulina, 2014.

LINDENBERG, D. Guerres de mémoire en France. **Vingtième Siècle, Revue d'histoire**, n. 42, avril-juin, 1994, p. 77-96.

MANCERON, G. La loi: régulateur ou acteur des guerres de mémoires? *In*: BLANCHARD, P.; VEYRAT-MASSON, I. **Les guerres de mémoires:** La France et son histoire. Paris, La Découverte, 2008, p. 241-251.

MARTINS, A. **Guerras de memórias e os 50 anos do golpe de 1964:** mediação do passado em especiais do jornalismo digital. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura Contemporâneas). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

MARTINS, A.; MOURA, C. Caso Herzog nos jornais Folha de S. Paulo e O Globo: história e posicionamento discursivo durante a Comissão Nacional da Verdade. **Contracampo**, Niterói, v. 35, n. 01, abr./jul., 2016, p. 69-86.

MARTINS FILHO, J. A guerra da memória. A ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares. **Varia História**, n. 28, 2002, p. 178-201.

MERZEAU, L. Guerres de mémoires en ligne: un nouvel enjeu stratégique. **Halshs-00488408**, v. 1, 2010, p. 1-20.

NEIGER, M.; MEYERS, O.; ZANDBERG, E. (Ed.). **On media memory**: collective memory in a new media age. United Kingdom: Palgrave Macmillan, 2011.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, n. 10, 1993.

PÄÄBO, H. War of memories: explaining 'Memorials War' in Estonia. **Baltic Security & Defence Review**, v. 10, 2008, p. 5-28.

PALACIOS, M. A memória como critério de aferição de qualidade no ciberjornalismo: alguns apontamentos. **Revista FAMECOS**, v. 37, 2008, p. 91-100.

_____. Convergência e memória: jornalismo, contexto e história. *In*: **CONGRESO DE CIBERPERIODISMO Y WEB 2.0**, 2009, Bilbao. Anais [...]. Bilbao: 2009.

_____. (Org.). **Ferramentas para análise de qualidade no ciberjornalismo**. Volume 1: Modelos. Covilhã: LabCom, 2011.

_____. Jornalismo online, informação e memória: apontamentos para debate. *In*: **Workshop de Jornalismo Online**, 2002, Covilhã. Anais [...]. Covilhã: 2002.

_____. Memória: jornalismo, memória e história na era digital *In*: CANAVILHAS, J. **Webjornalismo: 7 características que marcam a diferença**. Covilhã, Portugal: Livros Labcom, 2014, p. 89-110.

_____. Ruptura, continuidade e potencialização no jornalismo online: o lugar da memória. *In*: MACHADO, E.; PALACIOS, M. (Org.). **Modelos do jornalismo digital**. Salvador: Editora Calandra, 2003, p. 1-17.

PAVLIK, J. **Journalism and new media**. New York: Columbia University Press, 2001.

PEREIRA, M. Nova direita? Guerras de memória em tempos de Comissão da Verdade (2012-2014). **Varia História**, Belo Horizonte, v. 31, n. 57, p. 863-902, set./dez. 2015.

READING, A. Memory and digital media: six dynamics of the global memory field. *In*: NEIGER, M.; MEYERS, O.; ZANDBERG, E. (Ed.). **On media memory**: collective memory in a new media age. United Kingdom: Palgrave Macmillan, 2011, 241-252.

REIS, Daniel. A ditadura faz cinquenta anos: história e cultura política nacional-estatista. *In*: REIS, Daniel; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo. **A ditadura que mudou o Brasil**: 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 7-17.

REIS, Daniel; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo. **A ditadura que mudou o Brasil**: 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

RIDENTI, Marcelo. As oposições à ditadura: resistência e integração. *In*: REIS, Daniel; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo. **A ditadura que mudou o Brasil**: 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 18-28.

ROLLEMBERG, D. Esquecimento das memórias. *In*: MARTINS FILHO, J. (Org.). **O golpe de 1964 e o regime militar**. São Carlos: UFSCar, 2006, p. 81-91.

SCHMIDT, B. Cicatriz aberta ou página virada? Lembrar e esquecer o golpe de 1964 quarenta anos depois. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 14, n. 26, 2007, p. 127-156.

SILVERSTONE, R. **Por que estudar a mídia?** São Paulo: Loyola, 1999.

STORA, B. La guerre d'Algérie: la mémoire, par le cinéma. In: BLANCHARD, P.; VEYRAT-MASSON, I. **Les guerres de mémoires**: La France et son histoire. Paris: La Découverte, 2008a, p. 262-272.

STORA, B. La guerre d'Algérie dans les médias: l'exemple du cinéma. **Hermès**, CNRS, France, n. 52, v. 3, 2008b, p. 33-40.

STORA, B. **La guerre des mémoires**. La Franceface à son passé colonial (Entretien avec Thierry Leclère). Paris, L'Aube, 2007.

TEDESCO, J. Memórias em batalhas: dimensão política da memória. **Cadernos do CEOM**, ano 25, n. 34, 2012, p. 15-44.

VEYRAT-MASSON, I. Les guerres de mémoires à la télévision. In: BLANCHARD, P.; VEYRAT-MASSON, I. **Les guerres de mémoires**: La France et son histoire. Paris: La Découverte, 2008, p. 273-286.